

Os muitos governos da pandemia: gestões extra estatais da Covid-19 nas periferias urbanas do Brasil e da Argentina a partir de narrativas jornalísticas

Coordenação: Ana Carvalho, Thais Duarte, Natália Martino, Ludmila Ribeiro e Valéria Oliveira

Apresentação:

A Covid-19, além de um problema de saúde pública, se constitui como um fenômeno em torno do qual gravitam dimensões econômicas, urbanas, educacionais, infra-estruturais, políticas etc. Ou seja, a *experiência social da enfermidade* (MASTRANGELO, 2020) se apresenta de maneiras distintas em territórios e estratos populacionais específicos. Há, no debate acadêmico internacional, um consistente conjunto de trabalhos que demonstra que nas nações pós-coloniais (em especial nos espaços marginalizados), ao contrário do que afirmava Max Weber, o Estado não tem e nunca teve a hegemonia do uso legítimo da força e da capacidade de produzir governança (CRUZ, 2016; FISCHER, 2008; FISCHER, MCCANN, AUYERO, 2014; HANSEN, STEPPUTAT, 2001; MBEMBE, 2003).

Isto não quer dizer que o Estado esteja ausente desses territórios, mas que a atuação estatal coexiste historicamente com outras formas de autoridade. Espaços marginalizados não podem ser entendidos, portanto, como “terras sem lei”, como lugares de “vácuos de poder”, ou como configurações societárias essencialmente desordenadas. O que temos nas *margens* (DAS; POOLE, 2004) é uma multiplicidade de ordens, de normas, bem como de regulações das vidas, dos comportamentos e das relações entre sujeitos. Na América Latina, a regulação de territórios marginais é conduzida por uma gama de lideranças tão ampla que pode abarcar movimentos sociais politizados e instituições religiosas, associações de moradores e grupos criminais. De fato, a emergência de coletivos criminais que passam a produzir ordem nas cadeias e periferias de muitas partes do continente a partir, principalmente, da década de 1990 talvez seja o exemplo recente mais notório (mas certamente não o único) dessa dinâmica difusa de governabilidade que segue caracterizando nossas sociedades¹ (AUYERO; SOBERING, 2019; BERALDO, 2020; 2021; DEWEY, 2018; DEWEY; MÍGUEZ; SAÍN, 2017; FELTRAN, 2012, 2020).

¹ Sabe-se, por exemplo, que muitos territórios de pobreza urbana do Brasil são caracterizados pela gestão da vida cotidiana levada a cabo por coletivos criminais como o Primeiro Comando da Capital (PCC) (DIAS, 2011; FELTRAN, 2010; SILVESTRE, 2016; SINHORETTO, 2014), o Comando Vermelho (CV) (AMORIM, 2004; MATTOS, 2016), ou as milícias (ARIAS; BARNES, 2017; MISSE, 2011; ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). Com grandes variabilidades locais, esses grupos podem regular a entrada e saída de pessoas das favelas, os preços da venda varejista de drogas, a permissão ou proibição de comportamentos como o roubo ou estupro, e assim por diante. Mas essa gestão convive também com as estatais, em suas muitas facetas, desde a assistência social à repressão policial, por exemplo. Alguns trabalhos têm destacado também a centralidade da normatividade religiosa, especialmente a evangélica, na produção de ordem nesses espaços (BERALDO, 2020, 2021; FELTRAN, 2014; MACHADO, 2017; VITAL DA CUNHA, 2015). Situações semelhantes são também identificadas em países da região como Colômbia (DURÁN-MARTÍNEZ, 2017, 2018), México (MALDONADO ARANDA, 2014; TREJO;

Apesar das muitas semelhanças entre os países latinoamericanos, há também divergências e particularidades locais significativas, que compreendem, entre outros, as distintas composições étnicas dessas populações, as disparidades nos acessos dos grupos a direitos, as intervenções mais ou menos violentas das polícias e demais forças de segurança em suas relações cotidianas com esses sujeitos, as plurais formas de organização locais, etc. No contexto atual, além das diferenças entre os múltiplos governos já existentes nas áreas periféricas dos países, tornaram-se relevantes as disparidades entre as conduções que os governos federais latinoamericanos têm feito da pandemia: fechamento completo, parcial ou nenhum das fronteiras; medidas de isolamento social rígidas, frouxas ou inexistentes; implementação rápida ou lenta de auxílios governamentais às parcelas mais pobres da população; discursos conscientizadores ou negacionistas. Nesse espectro, Brasil e Argentina parecem ocupar pólos quase que opostos.

O presente trabalho propõe uma análise comparativa das *gestões extra-estatais da pandemia* nas periferias urbanas do Brasil e da Argentina, conforme narrativas proferidas pela imprensa de ambos os países. Ao eleger as esferas extraestatais como objeto privilegiado, esta pesquisa se alinha à corrente da literatura internacional que, sem desconsiderar a relevância do Estado, denuncia a insuficiência de análises estritamente estado-centradas² para a compreensão das realidades de grande parte do chamado “Sul Global” (CRUZ; DURÁN-MARTÍNEZ, 2016; DURÁN-MARTÍNEZ, 2017; HANSEN; STEPPUTAT, 2006; MANSO; DIAS, 2017; STEPPUTAT, 2013; WILLIS, 2013). Com as diferenças entre as políticas nacionais de Estado brasileiras e argentinas no manejo da crise como pano de fundo, o foco de interesse desta pesquisa está nas mobilizações e articulações que se dão em níveis mais locais, envolvendo os setores empobrecidos das populações de ambos os contextos - e que, possivelmente são moldadas e conformadas em parte pelas atuações estatais.

Objetivos

O objetivo geral deste projeto é compreender, a partir de narrativas produzidas por veículos das imprensas argentina e brasileira com abrangência nacional, como são retratadas as gestões desempenhadas por atores extraestatais em espaços periféricos urbanos durante a pandemia de Covid-19, em comparação ao período alheio à “crise” na saúde pública. Em específico, a pesquisa pretende:

- a) identificar, nos dois países, as narrativas jornalísticas sobre as ações extraestatais realizadas nos territórios de pobreza urbana quanto ao manejo da pandemia como

LEY, 2019), El Salvador (CÓRDOVA, 2019; CRUZ, 2010; VAN DER BORGH; SAVENIJE, 2019), Venezuela (ZUBILLAGA, 2014) etc.

² Análises estritamente Estado-centradas são aquelas que partem da perspectiva -definida *a priori*- de que todas as sociedades “complexas” seriam reguladas exclusivamente por instituições e atores estatais, e que, como consequência, deixam de considerar outras formas de autoridade que, na empiria, são fundamentais para a compreensão de como se dá a gestão da vida cotidiana de grande parte da população que habita o “Sul Global”, em especial nas margens.

experiência social (abrangendo, então, aspectos sanitários, mas também econômicos, alimentícios, educacionais etc.);

- b) mapear, conforme a perspectiva da imprensa, *quem são* os atores que, segundo os textos jornalísticos, levariam a cabo essas gestões (ONGs, associações comunitárias, organizações filantrópicas, movimentos sociais, coletivos criminais etc.), identificando também quais seriam as *técnicas de governo* empregadas por esses atores (arrecadação financeira por “vaquinha” na internet, divulgação de informações nas redes sociais, ameaça de uso de violência etc.);
- c) analisar as ações conduzidas por organizações da sociedade civil em espaços de periferias urbanas durante a pandemia de Covid-19, em relação ao período anterior, identificando quais perfis de atores se sobressaem nas narrativas jornalísticas em ambos os contextos;
- d) compreender comparativamente as narrativas da imprensa sobre os espaços periféricos (e seus atores de produção de ordem) antes e depois da pandemia de Covid-19;
- e) investigar as narrativas dos jornais sobre o tipo de atuação estatal em espaços de periferias urbanas, discutindo em que medida essa ação se transformou ou não durante a pandemia de Covid-19;
- f) debater como os jornais narram a adesão de moradores às medidas implementadas para prevenção ao novo coronavírus em espaços de periferias urbanas durante a pandemia de Covid-19;
- g) discutir, com base na perspectiva jornalística, as relações desenvolvidas - ou não - entre atores estatais e extraestatais que auxiliam na gestão de espaços periféricos urbanos, tanto na pandemia de Covid-19 quanto em período anterior.

Metodologia:

A pandemia de Covid-19 gerou um novo desafio aos Cientistas Sociais que, sem possibilidade de realizar trabalho de campo em razão de medidas de isolamento social, tiveram de buscar fontes de dados que não necessariamente requerem contato pessoal. Caso contrário, tanto a saúde do pesquisador quanto de seus informantes poderiam ser colocadas em risco. Esse cuidado deve ser redobrado em pesquisas envolvendo espaços marginais, como territórios periféricos urbanos, pois as pessoas que lá vivem costumam estar sujeitas à precariedade infraestrutural, aumentando os riscos de contaminação pelo novo coronavírus.

Uma saída possível para burlar esse desafio é recorrer às fontes jornalísticas, que será o caminho trilhado neste projeto. De fato, não são poucos os estudos que adotaram essa estratégia, mesmo em contextos de “normalidade” no âmbito da saúde pública. Porto (2009), bem como Ramos e Paiva (2007) já indicaram ser a imprensa ator fundamental à compreensão das ações implementadas pelo Estado no que se refere à segurança pública e ao sistema de justiça criminal. Os jornais são atores centrais na criminalização de determinados grupos sociais, auxiliando na produção de processos de estigmatização quase permanentes, identificado por Misse (2008)

como “incriminação preventiva”, cuja consequência pode ser o que o autor chamou de “sujeição criminal”. Não obstante, com foco no contexto fomentado pela pandemia de Covid-19, Duarte e Ribeiro (2020) indicaram que a imprensa tem lançado sistematicamente matérias sobre a ação de grupos criminais em espaços de pobreza urbana, constituindo fonte de dados importante ao atual cenário.

Somado a isso, nossa proposta é realizar uma comparação entre contextos latino-americanos que, conforme a literatura, além de apresentarem relativas semelhanças entre si, são marcadas por forte atividade extraestatal em espaços de periferia urbana (AUYERO, 2000; COZZI; FONT; MISTURA, 2014; DAICH; PITA; SIRIMARCO, 2007; FELTRAN, 2020; HIRATA; GRILLO, 2017; ISLA; MÍGUEZ, 2011; KESSLER, 2010; LEITE, 2012; LOPES, 2015; MACHADO, 2010; MANCINI, 2020; PERELMITER, 2016; S. PAIVA, 2019). Escolhemos, então, os cenários brasileiro e argentino, de modo que vamos coletar e analisar matérias de jornais de abrangência nacional nas duas localidades: a *Folha de São Paulo* e o *Clarín*, respectivamente. Esse material constituirá uma base de dados que contemplará as seguintes características:

- a) o estudo analisará dois recortes temporais, sendo um marcado pela pandemia de Covid-19 e outro alheio à “crise” de saúde, a fim de pesquisar possíveis mudanças de narrativas na imprensa a respeito da ação de grupos extraestatais nos distintos lapsos. Em específico, levantaremos informações relativas ao período entre 11 de março de 2020, momento em que a Organização Mundial de Saúde indicou que o mundo vivenciava a pandemia de Covid-19, e 10 de março de 2021, compreendendo o período de um ano da crise de saúde. Por sua vez, coletaremos dados relacionados ao lapso entre 11 de março de 2019 e 10 de março de 2020, abrangendo momento imediatamente anterior à crise de saúde;
- b) em um primeiro momento, utilizaremos como palavras-chave em ambos os jornais (com a devida tradução ao espanhol no caso da fonte argentina) termos como “periferia” e “favela”. Em seguida, buscaremos essas palavras associadas a expressões como “associação de moradores”, “organizações criminosas”, “crime organizado”, “ONG”, “tráfico de drogas”, “operação policial”, “polícia”, “igreja”, “instituição religiosa”, entre outras, que podem ajudar a levantar informações sobre periferias urbanas com base nas fontes da imprensa;
- c) possivelmente, um conjunto de palavras-chave pode levantar matérias idênticas a outro grupo pesquisado. Ainda que gere repetições, esse esforço permitirá compreender em que medida termos como “ONG” surgem conjugadas a expressões como “organizações criminosas”, por exemplo, sendo possível, assim, ver como são construídas as narrativas nos jornais sobre espaços periféricos. Nesse sentido, a unidade de análise do banco será a matéria de jornal publicada pela *Folha de São Paulo* ou pelo *Clarín*. Posteriormente, no momento da crítica dos dados, criaremos uma variável de controle que permitirá ver o grupo de palavras-chave que pode ser utilizado numa mesma matéria.

Após a coleta de informações, será feito um esforço de crítica dos dados para, em seguida, ser iniciado o exercício de análise quantitativa descritiva e qualitativa das informações coletadas. Com isso, será possível averiguar como são retratadas pela imprensa as gestões desempenhadas por atores extraestatais em espaços periféricos urbanos brasileiros e argentinos durante a pandemia de Covid-19, em comparação ao período alheio à “crise” na saúde pública.

Cronograma

As atividades descritas na seção anterior serão desenvolvidas conforme o cronograma a seguir:

Tabela 1: Cronograma de pesquisa

Atividade	Meses - 2021			
	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Leitura de textos sobre multiplicidade normativa	X			
Coleta das informações no jornal brasileiro		X		
Coleta de informações no jornal argentino		X		
Crítica da base de dados			X	
Análise de dados quantitativa e qualitativa			X	
Escrita do artigo				X

Referências

AMORIM, C. **CV-PCC: a irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ARIAS, E. D.; BARNES, N. Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil. **Current Sociology**, v. 65, n. 3, p. 448–465, 13 maio 2017.

AUYERO, J. The hyper-shantytown: Neo-liberal violence(s) in the Argentine slum. **Ethnography**, v. 1, n. 1, p. 93–116, 2000.

AUYERO, J.; SOBERING, K. **The ambivalent State. Police-criminal collusion at the urban margins**. New York: Oxford University Press, 2019.

BERALDO, A. **Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte**. [s.l.] Universidade Federal de São Carlos, 2020.

BERALDO, A. Negociação entre a vida e a morte: efeitos da triangulação normativa crime-igreja-estado em uma periferia mineira. **Dilemas**, 2021.

CÓRDOVA, A. Living in gang-controlled neighborhoods: Impacts on electoral and nonelectoral participation in El Salvador. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 1, p. 201–221, 2019.

COZZI, E.; FONT, E.; MISTURA, M. E. Desprotegidos y sobrecriminalizados. Interacciones entre jóvenes de sectores populares, policía provincial y una fuerza de seguridad nacional en un barrio de la ciudad de Rosario. **Derechos Humanos**, n. 8, p. 3–30, 2014.

CRUZ, J. Estado y violencia criminal en América Latina. **Nueva sociedad**, v. 226, p. 67–85, 2010.

CRUZ, J. M.; DURÁN-MARTÍNEZ, A. Hiding violence to deal with the state: Criminal pacts in El Salvador and Medellín. **Journal of Peace Research**, v. 53, n. 2, p. 197–210, 2016.

DAICH, D.; PITA, M. V.; SIRIMARCO, M. Configuración de territorios de violencia y control policial: corporalidades, emociones y relaciones sociales. **Cuadernos de Antropología Social**, v. 2007, n. 25, p. 71–88, 2007.

DEWEY, M. Zona liberada: la suspensión de la ley como patrón de comportamiento estatal. **Nueva Sociedad**, n. 276, p. 102–117, 2018.

DEWEY, M.; MÍGUEZ, D. P.; SAÍN, M. F. The strength of collusion: A conceptual framework for interpreting hybrid social orders. **Current Sociology**, v. 65, n. 3, p. 395–410, 2017.

DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2011.

DUARTE, T. L.; RIBEIRO, L. M. L. “As milícias fluminenses em tempos de Covid-19: Relatos de medos ambivalentes na imprensa?” *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Seção Especial Reflexões na Pandemia*. Nº 32, 2020, pp. 1 – 10.

DURÁN-MARTÍNEZ, A. Drug Trafficking and Drug Policies in the Americas: Change, Continuity, and Challenges. **Latin American Politics and Society**, v. 59, n. 2, p. 145–153, 2017.

FELTRAN, G. D. S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 2, n. 11, p. 232–255, 2012.

FELTRAN, G. DE S. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 495–512, dez. 2014.

FELTRAN, G. DE S. Das Prisões às Periferias: coexistência de regimes normativos na “ Era PCC ”. **Revista Brasileira de Execução Penal**, v. 1, n. 2, p. 45–71, 2020.

FISCHER, B. A Century in the Present Tense. In: FISCHER, B.; MCCANN, B.; AUYERO, J. (Eds.). . **Cities from scratch: poverty and informality in urban Latin America**. Durham and London: [s.n.]. p. 9–67.

FISCHER, B.; MCCANN, B.; AUYERO, J. **Cities from scratch: poverty and informality in urban Latin America**. [s.l.] Duke University Press, 2014.

- HANSEN, T. B.; STEPPUTAT, F. Introduction. In: HANSEN, T. B.; STEPPUTAT, F. (Eds.). . **Sovereign Bodies: Citizens, Migrants, and States in the Postcolonial World**. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 1–36.
- HANSEN, T. B.; STEPPUTAT, F. Sovereignty Revisited. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, n. 1, p. 295–315, out. 2006.
- HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 75–98, 2017.
- ISLA, A.; MÍGUEZ, D. P. Formations of Violence in Post-Dictatorial Contexts: Logics of Confrontation between the Police and the Young Urban Poor in Contemporary Argentina. **International Journal of Conflict and Violence**, v. 5, n. 2, p. 240–260, 2011.
- KESSLER, G. **Sociología del delito amateur**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 201.
- LEITE, M. P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Rev. bras. segur. pública**, v. 6, n. 2, p. 374–388, 2012.
- LOPES, V. E. “O complexo para Jesus”: exército e religião na ocupação militar do Complexo do Alemão. **MÉTIS: história & cultura**, v. 14, n. 28, p. 219–242, 2015.
- MACHADO, C. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. **Religião e Sociedade**, v. 33, n. 2, p. 13–36, 2010.
- MACHADO, C. Conexões e rupturas urbanas: Projetos, populações e territórios em disputa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 93, 2017.
- MALDONADO ARANDA, S. “You don’t see any violence here but it leads to very ugly things”: Forced solidarity and silent violence in Michoacán, Mexico. **Dialectical Anthropology**, v. 38, n. 2, p. 153–171, 2014.
- MANCINI, I. Las luchas contra el delito y sus efectos en la Argentina. Sobre la expansión del encarcelamiento y las dificultades de seguir a nuestros presos. **Revista CS**, p. 139–158, 2020.
- MANSO, B. P.; DIAS, C. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 10–29, 2017.
- MASTRANGELO, A. Perspectivas socio antropológicas para el estudio local de la pandemia COVID-19 en Argentina. **Punto Urbe**, n. 27, p. 0–17, 2020.
- MATTOS, C. DOS S. Uma etnografia da expansão do mundo do crime no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 91, p. 1–15, 4 jul. 2016.
- MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 13–25, out. 2011.
- MISSE, M. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. *Civitas*, vol. 8, no 3, pp. 371-385, 2008. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.3.4865>
- MBEMBE, A. On the Power of the False. **Public Culture**, 2002.
- PAIVA, L. F. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: As transformações sociais do crime em Fortaleza. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 165, 7 jun. 2019.

PERELMITER, L. **Burocracia Plebeya: la trastienda de la asistencia social en el Estado argentino**. San Martín: UNSAM EDITA, 2016.

PORTO, M. S. G. “Mídia, segurança pública e representações sociais”. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, vol. 21, no 2, pp. 211-233, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702009000200010>

RAMOS, S; PAIVA, A. **Mídia e violência: Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

SILVESTRE, G. “Enxugando Iceberg”. Como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. p. 323, 2016.

SINHORETTO, J. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. **Dilemas**, v. 7, n. 1, p. 167–196, 2014.

STEPPUTAT, F. Contemporary Governscapes: Sovereign Practice and Hybrid Orders Beyond the Center. In: BOUZIANE, M.; HARDERS, C.; HOFFMAN, A. (Eds.). . **Local Politics and Contemporary Transformations in the Arab World: Governance Beyond the Center**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013. p. 25–42.

TERRETTA, M.; MBEMBE, A. On the Postcolony. **Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines**, 2002.

TREJO, G.; LEY, S. High-Profile Criminal Violence: Why Drug Cartels Murder Government Officials and Party Candidates in Mexico. **British Journal of Political Science**, 2019.

VAN DER BORGH, C.; SAVENIJE, W. The politics of violence reduction: Making and unmaking the Salvadorean gang truce. **Journal of Latin American Studies**, v. 51, n. 4, p. 905–928, 2019.

VITAL DA CUNHA, C. **Oração de traficante: uma etnografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond LTDA, 2015.

WILLIS, G. **The Killing Consensus: Homicide Detectives, Police that Kill and Organized Crime in São Paulo, Brazil**. [s.l.] Massachusetts Institute of Technology, 2013.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 89–101, 2007.

ZUBILLAGA, V. La conexión drogas ilícitas violencia. Una revisión de la literatura y consideraciones a la luz de la experiencia venezolana. **Espacio Abierto**, v. 23, n. 1, p. 129–148, 2014.